



TRABALHO COLABORATIVO E A DESCONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO INTERNA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA

Nayane Cristina de Souza Alves¹

Carla Cristina de Lima e Silva²

Sara Maria São Mateus Sousa³

Suelen Tavares Godim⁴

RESUMO

O presente trabalho analisa os desafios da implementação do trabalho colaborativo entre os profissionais da Educação Especial e o ensino comum em uma Escola Municipal de Castanhal/PA. A pesquisa qualitativa parte de um estudo de caso, com a utilização da observação participante como técnica de pesquisa. Dentre os resultados, verificou-se uma persistente fragmentação pedagógica na instituição, na qual o aluno com deficiência é frequentemente percebido como responsabilidade exclusiva do mediador e do professor de Educação Especial. Dentre os aspectos advindos da pesquisa, em caráter parcial, indicam que a limitação de apropriação do Professor Regente sobre o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) e da elaboração de relatórios a profissionais de apoio comprometem a efetividade da inclusão. Conclui-se que o fortalecimento da mediação exige uma mudança de paradigma na gestão escolar, fomentando tempos e espaços de planejamento comum que assegurem a implementação do trabalho colaborativo, a fim de que o processo inclusivo dos estudantes possa ser realizado em todos os espaços da escola pública.

Palavras-chave: Trabalho Colaborativo; Educação Especial; Mediação Pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso busca investigar como o trabalho colaborativo pode atuar como ferramenta de mediação para romper com visões segregadoras no ambiente

¹ professoracris2502@gmail.com Especialista em Educação Especial Inclusiva, professora de Educação Especial/ Secretaria Municipal de Educação-Castanhal

² carla_krem@hotmail.com Especialista em Educação Especial Inclusiva, professora de Educação Especial/ Secretaria Municipal de Educação -Castanhal

³ sarasaomateus@gmail.com Especialista em Educação Especial Inclusiva, professora de Educação Especial/ Secretaria Municipal de Educação -Castanhal

⁴ suelengodim@ufpa.br. Doutora em Educação, Professora/Coordenadora de Educação Especial/Inclusiva da Coordenação de Educação Inclusiva da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará-CEI/EA/UFPA, Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Aprendizagens e Práticas Pedagógicas Inclusivas- GEPAPPI.

escolar. O objetivo central é discutir estratégias que promovam a corresponsabilidade pedagógica, garantindo que o direito à aprendizagem do aluno seja uma meta compartilhada por toda a equipe, e não um encargo isolado de mediadores ou especialistas.

A pesquisa delimita-se a uma unidade de ensino da rede municipal de Castanhal-PA. Trata-se de uma escola de grande porte que, no ano de 2025, contabilizou um total de 1.331 alunos, sendo 82 deles público da educação especial. O corpo docente é formado por 75 professores, que atuam em uma estrutura física composta por 21 salas de aula regulares, biblioteca, cinco banheiros, quadra esportiva, pátio, cozinha e uma sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar da infraestrutura robusta, o cenário observado revela um fenômeno de "exclusão dentro da inclusão". Nota-se que o aluno com deficiência, embora fisicamente presente na sala regular, muitas vezes é tratado como um "corpo estranho" ao planejamento do professor titular, sendo mantido sob os cuidados exclusivos de mediadores. Conforme aponta Rabelo (2012), a efetivação da inclusão depende da superação das barreiras de colaboração, exigindo que o professor regente assuma a regência de todos os seus alunos. Esse distanciamento gera uma lacuna perigosa na avaliação e no vínculo pedagógico, uma vez que o desenvolvimento do discente passa a ser visto como um "encargo" do apoio escolar, e não como parte do compromisso docente compartilhado (VILARONGA; MENDES, 2014).

A inclusão escolar, garantida por marcos legais como a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), vai além da garantia da matrícula. Ela exige a resignificação das práticas pedagógicas e a articulação coletiva entre os agentes escolares. Diante dessa realidade, segregar o aluno gera uma lacuna perigosa: o desconhecimento por parte do docente regente acerca das especificidades e das potencialidades do estudante. Tal distanciamento reflete diretamente na avaliação diagnóstica, uma vez que a elaboração de relatórios sobre o desenvolvimento do estudante passa a ser visto de forma equivocada como um "encargo" do apoio escolar, e não como parte do compromisso docente compartilhado. Estudos de Vilaronga e Mendes (2014) reforçam que a falta de articulação pedagógica compromete a efetividade do Plano de desenvolvimento Individualizado (PDI), tornando a inclusão um processo meramente administrativo e não pedagógico.

Diante desse contexto, este estudo de caso busca investigar como o Trabalho Colaborativo pode atuar como ferramenta de mediação para romper com essa visão

segregadora. O objetivo é discutir estratégias que promovam o trabalho colaborativo e a corresponsabilidade, garantindo que o direito à aprendizagem do aluno seja uma meta compartilhada por toda a equipe escolar, e não um encargo isolado.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, realizado em uma Escola Municipal de Castanhal-PA. O estudo foi conduzido com turmas do 1º ao 8º ano do Ensino Fundamental, abrangendo os turnos da manhã e tarde que possuem alunos público da educação especial que engloba estudantes com deficiências (física, intelectual, mental ou sensorial), Transtornos do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades ou Superdotação de acordo com a Política Nacional de Educação (2008). O corpus de análise foi constituído a partir da observação participante das rotinas pedagógicas e da análise documental de Planos de Desenvolvimento Individualizados (PDI) e relatórios de atendimento. A coleta de dados focou na interação entre os professores do ensino comum, professores mediadores, Profissionais de Apoio Escolar (PAE) e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando identificar as dificuldades críticas que impedem a efetivação do trabalho colaborativo.

A fundamentação metodológica e a análise dos dados apoiam-se em referenciais que discutem a inclusão e a atuação profissional no contexto escolar. Utiliza-se a Lei Municipal de Castanhal nº 005/2018 como base normativa para delimitar as funções do professor mediador e do Profissional de Apoio Escolar (PAE), permitindo confrontar as atribuições legais com as práticas observadas no cotidiano. Complementarmente, as reflexões de Mantoan (2003) sobre a desconstrução da segregação, e pelos pressupostos de Gláucia e Capellini (2013) e Vilaronga e Mendes (2014), que discutem as potencialidades do ensino colaborativo e do coensino como estratégias de suporte à inclusão escolar. Adicionalmente, utilizam-se os conceitos de Stainback (1999) para compreender a importância do suporte e do pertencimento do aluno na classe comum. O percurso metodológico permitiu confrontar as atribuições legais com as práticas observadas, utilizando a técnica de análise de conteúdo para interpretar as recorrências identificadas no cotidiano escolar, como os processos de exclusão interna se manifestam e como podem ser superados pela via do trabalho colaborativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As investigações de campo, pautadas na vivência direta das pesquisadoras no cotidiano escolar, revelaram uma profunda lacuna na articulação entre os docentes da sala comum e os profissionais da Educação Especial. Observou-se que o professor do ensino comum mantém contato limitado com os professores da Educação Especial, o que corrobora a tese de Gláucia e Capellini (2013) sobre a persistente fragmentação do trabalho pedagógico. Enquanto os mediadores apresentam participação ativa em formações continuadas, o isolamento do professor regente delega ao mediador o papel de único interlocutor da aprendizagem do aluno.

Um ponto crítico identificado diz respeito à avaliação e ao planejamento. Verificou-se que a elaboração de relatórios de desempenho recai quase exclusivamente sobre o mediador, devido ao seu maior convívio direto com o estudante. Durante a coleta de dados, as pesquisadoras registraram resistências significativas, especialmente de professores efetivos, em assumir a escrita desses documentos, evidenciando uma falha na corresponsabilidade pedagógica. Segundo Vilaronga e Mendes (2014), o trabalho colaborativo exige que ambos os professores partilhem a responsabilidade pelos planejamentos e avaliações, o que não ocorre quando o regente se isenta dessa etapa.

A ausência de um planejamento antecipado por parte do regente força o mediador a realizar adaptações "de última hora", comprometendo a qualidade do ensino. Esses resultados apontam para uma "inclusão marginal", conforme define Mantoan (2003), onde o aluno está fisicamente presente, mas pedagogicamente desassistido pelo professor titular. Como reforça Rabelo (2012), a efetivação da inclusão depende da superação dessas barreiras, transformando o apoio escolar em uma estratégia de mediação integrada e não em uma transferência de responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas revelam que a inclusão escolar na instituição pesquisada ainda transita por um modelo de "segregação interna", onde o aluno com deficiência, embora presente fisicamente, permanece pedagogicamente isolado sob a responsabilidade exclusiva do mediador. A ausência de um planejamento articulado entre o professor regente e os profissionais do AEE e PAE evidencia que a estrutura escolar atual não privilegia espaços de diálogo, resultando em adaptações curriculares improvisadas e na desresponsabilização do docente titular em relação ao progresso do

estudante. Conforme aponta Stainback (1999), a inclusão efetiva exige que o suporte seja levado ao aluno na classe comum, em vez de retirá-lo ou isolá-lo dentro dela.

Para reverter esse cenário, é imperativo que a gestão escolar implemente tempos e espaços institucionais destinados ao planejamento comum, garantindo que o trabalho colaborativo deixe de ser uma meta abstrata e se torne uma prática cotidiana. A reflexão proposta indica que a verdadeira inclusão exige que o professor regente assuma o ensino com responsabilidade para todos os alunos, utilizando o mediador como um parceiro estratégico de suporte técnico, conforme o modelo de ensino colaborativo proposto por Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014). Além disso, o fortalecimento de programas de formação continuada em serviço é essencial para desconstruir a cultura da exclusão e assegurar que o direito à aprendizagem seja uma responsabilidade compartilhada por toda a equipe escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CASTANHAL (Município). **Lei nº 005, de 16 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a organização da Educação Especial e as atribuições dos profissionais de apoio escolar na Rede Municipal de Ensino. Castanhal, PA: Gabinete do Prefeito, 2018.

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Secretaria Municipal de Educação – SEMED,** Castanhal, 2025.

GLÁUCIA, R.; CAPELLINI, V. L. M. F. **O ensino colaborativo favorecendo a inclusão escolar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como estratégia de apoio à inclusão escolar.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: indissociabilidade entre formação e prática. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 285-298, 2014.